



## 01 DE AGOSTO DE 2018 Quarta-feira

- INDÚSTRIA ABRE 286 MIL VAGAS NO SEGUNDO TRIMESTRE
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS SOBE 13,1% EM JUNHO
- PREÇOS DE PRODUTOS NA 'PORTA DA FÁBRICA' SOBEM 2,28% EM JUNHO
- PREÇOS DE BENS DE CAPITAL SOBEM 0,96% NO IPP DE JUNHO
- INDÚSTRIA DE SP RECUPERA-SE DE PERDAS COM A GREVE DOS CAMINHONEIROS
- CONSUMO DE ENERGIA DA INDÚSTRIA EM JUNHO DESPENCA 3,2% COM CAMINHONEIROS E NORTE
- SETOR DE SERVIÇOS E COMÉRCIO CRIARAM 75% DAS VAGAS DE TRABALHO INTERMITENTE E PARCIAL APÓS REFORMA TRABALHISTA
- NÚMERO DE BRASILEIROS FORA DA FORÇA DE TRABALHO CHEGA A 65,6 MILHÕES
- PAÍS TEM 37 MILHÕES DE POSTOS DE TRABALHO NA INFORMALIDADE, APONTA IBGE
- NÚMERO DE EMPREGADORES SEM CNPJ CRESCE 10,5% EM 1 ANO
- A MELHORA AINDA FRUSTRANTE NO EMPREGO
- FUNCIONÁRIOS DE FURNAS INICIAM PARALISAÇÃO DE 72 HORAS
- OCUPAÇÃO DE GALPÃO LOGÍSTICO SEGUE EM ALTA NO 2º TRI, MAS AINDA NÃO ANIMA SETOR
- PROCON DO PARANÁ ORIENTA CONSUMIDORES SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
- MARINA SILVA DIZ DEFENDER REFORMA TRABALHISTA, MAS, SE ELEITA, MUDARÁ PONTOS DA LEI
- MARINA DIZ QUE REFIS É "GRILAGEM DO ORÇAMENTO" E DEFENDE FIM DE PRIVILÉGIOS PARA MELHORAR QUESTÃO FISCAL
- CANDIDATO PROMETE REVOLUCIONAR ACESSO AO BNDES: "SÓ PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS"
- ABIMAQ AVALIA QUE AJUSTE FISCAL ESTÁ LONGE DE SER SUFICIENTE
- PL DA TRIBUTAÇÃO DE FUNDOS CHEGA AO CONGRESSO

- PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DE CARGA DE ENERGIA PARA 2018 RECUA PARA 1,6%
- B3 TORNA-SE A TERCEIRA MAIOR BOLSA DE DERIVATIVOS NO MUNDO, DIZ PESQUISA
- CAIXA VAI REDUZIR JUROS NO CRÉDITO IMOBILIÁRIO PARA PESSOA JURÍDICA
- COPOM DEVE MANTER PELA TERCEIRA VEZ CONSECUTIVA TAXA BÁSICA DE JUROS EM 6,5% AO ANO, APOSTA MERCADO
- IPC-S SOBE 0,17% EM JULHO APÓS ALTA DE 1,19% EM JUNHO, REVELA FGV
- ANBIMA REVISA PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO PIB DE 1,6% PARA 1,5%
- CATERPILLAR INICIA LINHA DE TRANSMISSÃO
- CITROËN COMEÇA A PRODUIR C4 CACTUS E MOSTRA VERSÃO MAIS SIMPLES DO MODELO
- GOVERNO MANTÉM SUBSÍDIO DO DIESEL, MAS JÁ ADMITE ALTA DE PREÇOS
- BANCO MERCEDES FINANCIOU 2 MIL ÔNIBUS NO 1º SEMESTRE
- MARCOPOLO, VOLARE E NEOBUS RENOVAM PRODUTOS
- NISSAN ANTECIPA PLANO DE INVESTIMENTO NO BRASIL
- PSA PROJETA MAIS UM ANO RENTÁVEL NA AMÉRICA LATINA
- GLENCORE CORTA PREVISÃO PARA PRODUÇÃO DE CARVÃO E CHUMBO NO ANO

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 01/08/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,751	3,752
<b>Euro</b>	4,376	4,378

**Fonte: BACEN**

### Indústria abre 286 mil vagas no segundo trimestre

01/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 31-07-2018)

A indústria criou 286 mil postos de trabalho no segundo trimestre deste ano, o equivalente a um aumento de 2,5% no total de ocupados no setor em relação ao primeiro trimestre. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados nesta terça-feira, 31, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Parte do aumento na indústria (na comparação trimestral) foi no segmento de confecção, tecidos e vestuário. Fomos olhar o que era isso, e parte expressiva era de trabalhadores por conta própria. É gente que vai para a indústria pegar os tecidos,

costura em casa e devolve depois”, contou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Outro setor que foi destaque nas contratações no período foi a administração pública, defesa, seguridade social, educação e saúde, com 588 mil admissões, um aumento de 3,8% no total ocupado. Segundo Azeredo, o avanço foi puxado por um movimento sazonal de contratações em prefeituras de todo o País, nos setores de administração, saúde e educação.

Também geraram vagas no segundo trimestre as atividades de outros serviços (+63 mil vagas), transporte, armazenagem e correio (+54 mil), construção (+5 mil) e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (+8 mil).

Na direção oposta, na passagem do primeiro trimestre para o segundo trimestre houve demissões no comércio, menos 86 mil trabalhadores; informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, menos 161 mil pessoas; serviços domésticos, com menos 12 mil pessoas, e alojamento e alimentação, com 73 mil demitidos.

### **Faturamento da indústria de máquinas sobe 13,1% em junho**

01/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 31-07-2018)

O faturamento da indústria nacional de máquinas e equipamentos alcançou R\$ 7,12 bilhões no mês passado, 13,1% a mais do que o montante registrado em junho de 2017, informou nesta terça-feira, 31, a Abimaq, entidade que representa as empresas do setor. Na comparação com maio, a alta nas vendas dessa indústria, entre entregas no mercado doméstico e exportações, foi de 23%.

Com o resultado, a indústria de bens de capital mecânicos encerrou o primeiro semestre com faturamento de R\$ 35,08 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 4,2% frente aos seis primeiros meses de 2017.

As exportações, que somaram US\$ 871,8 milhões no mês passado, voltaram a contribuir ao balanço do setor. Os embarques subiram 15,8% no comparativo interanual, ao passo que as vendas domésticas, na mesma base comparativa, tiveram alta inferior, de 3,8%.

Em junho, o consumo de máquinas e equipamentos no País, que inclui as importações e é um termômetro dos investimentos nas linhas de produção, subiu 20,4% se comparado ao mesmo mês do ano passado. Na comparação com maio, a alta foi de 9,6%. No total, as empresas brasileiras investiram R\$ 9,21 bilhões em máquinas e equipamentos no mês passado.

Só as importações subiram 24,6% na comparação com junho de 2017, chegando a US\$ 1,25 bilhão, levando a um aumento de 50,7%, para US\$ 378,6 milhões, do déficit comercial desse mercado – ou seja, a diferença entre o que o Brasil importa e exporta em máquinas e equipamentos. Ante maio, as compras de máquinas e equipamentos do exterior subiram 15,3%.

O balanço da Abimaq revela ainda que a utilização da capacidade instalada nessa indústria chegou a 74,9% no mês passado, acima dos 74,4% de maio, quando a atividade das fábricas foi prejudicada pela greve dos caminhoneiros.

A mão de obra no setor avançou 0,2% de maio para junho. A indústria de máquinas terminou o mês passado empregando 296 mil pessoas.

## **Acumulado do semestre**

O consumo de bens de capital mecânicos no Brasil subiu 8,3% nos seis primeiros meses de 2018, chegando a R\$ 46,72 bilhões, de acordo com o balanço da Abimaq.

Só as importações cresceram 17,5% no período, num total de US\$ 7,12 bilhões na primeira metade do ano. Enquanto as vendas internas das fábricas de bens de capital nacionais recuaram 6,9%, as exportações subiram 16,8%.

Por conta do avanço ligeiramente superior das importações, o déficit comercial no setor ficou em US\$ 2,35 bilhões entre janeiro e junho, 18,9% acima do saldo negativo de igual período do ano passado.

## **Preços de produtos na 'porta da fábrica' sobem 2,28% em junho**

01/08/2018 – O Povo

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, registrou alta de 2,28% em junho, informou nesta quarta-feira, 1, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de maio foi revisada de uma elevação de 2,33% para avanço de 2,55%.

O IPP mede a evolução dos preços de produtos na "porta da fábrica", sem impostos e fretes, da indústria extrativa e de 23 setores da indústria de transformação. Com o resultado de junho, o IPP de indústrias de transformação e extrativa acumulou aumento de 8,62% no ano e elevação de 13,45% em 12 meses.

Considerando apenas a indústria extrativa, houve aumento de 5,72% em junho, após o avanço de 0,81% registrado em maio. Já a indústria de transformação registrou expansão de 2,13% em junho, ante um crescimento de 2,63% no IPP de maio.

## **Preços de bens de capital sobem 0,96% no IPP de junho**

01/08/2018 – Isto É

Os bens de capital ficaram 0,96% mais caros na porta de fábrica em junho, segundo os dados do Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui a indústria extrativa e de transformação, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ocorre após os preços terem subido 1,48% em maio.

Os bens intermediários registraram avanço de 2,88% nos preços em junho, ante uma alta de 3,41% no mês anterior.

Já os preços dos bens de consumo subiram 1,56% em junho, depois de uma elevação de 1,33% em maio. Dentro dos bens de consumo, os duráveis tiveram alta de 0,36% em junho, ante aumento de 0,46% no mês anterior.

Os bens de consumo semiduráveis e não duráveis encareceram 1,93% em junho, após a alta de 1,61% registrada em maio.

O resultado do IPP de junho teve contribuição de 0,08 ponto percentual de bens de capital; 1,68 ponto percentual de bens intermediários e 0,51 ponto percentual de bens de consumo.

No âmbito dos bens de consumo, os duráveis contribuíram com 0,03 ponto percentual, enquanto o impacto de semiduráveis e não duráveis foi de 0,49 ponto percentual.

## **Indústria de SP recupera-se de perdas com a greve dos caminhoneiros**

01/08/2018 – Agência Brasil (publicado em 31-07-2018)

O setor industrial paulista apresentou recuperação das perdas sofridas por conta da greve dos caminhoneiros no mês de maio, com um crescimento de 12,1% no Indicador de Nível de Atividade (INA) no mês de junho. O índice é medido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pelo Centro das Indústrias do Estado (Ciesp).

De acordo com o relatório, as vendas foram o fator que impulsionaram a recuperação do setor no mês de junho, com um crescimento de 24,7%, após ceder 16,6% em maio, de acordo com o índice da Variável de Vendas Reais.

Outros grupos de fatores também apresentaram crescimento, como Horas Trabalhadas na Produção, com 0,9%, e o Nível de Utilização da Capacidade Instalada, com 1,2%.

Apesar de o indicador apontar uma variação positiva no mês de junho deste ano em comparação ao ano passado (7,2% contra 4,2% em 2017), o resultado não indica recuperação da atividade da indústria paulista.

De acordo com o presidente em exercício da Fiesp e Ciesp, José Ricardo Roriz Coelho, o que se verificou foi uma recuperação das perdas em razão da greve dos caminhoneiros, mas o que mantém incertezas quanto às projeções no setor.

"Em relação a projeções futuras, nos preocupam ainda as incertezas constantes. Elas afetam os empresários, que ficam receosos para investir. Sem investimento não temos recuperação do emprego, que é fator determinante para recuperação de renda e melhora da situação da capacidade ociosa das empresas, hoje perto de 30%. Estamos longe de começar uma recuperação".

O setor que se destacou no crescimento apresentado pelo INA foi o de móveis, que apontou crescimento de 15,9% das atividades, seguido setor de produtos farmacêuticos, que avançou 2% no mês de junho.

## **Consumo de energia da indústria em junho despensa 3,2% com caminhoneiros e Norte**

01/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 31-07-2018)

O consumo de energia na indústria voltou a ficar negativo em junho deste ano, o que não acontecia desde maio do ano passado. Segundo a Resenha Mensal publicada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a indústria consumiu 3,2% a menos de energia elétrica do que no mesmo mês do ano anterior, puxada principalmente pela greve dos caminhoneiros e pela retração da produção de uma metalúrgica na região Norte do País. A Resenha Mensal possui uma parte medida em maio e uma parte medida em junho, ressaltou a EPE.

"De fato, a greve dos caminhoneiros das duas últimas semanas de maio impactou o consumo de energia elétrica das indústrias em maio e em junho. A descontinuidade do transporte rodoviário de cargas ajudou a aumentar os estoques de produtos finais e a reduzir os estoques de insumos e matérias-primas afetando os custos e a produção industrial", explicou a EPE na Resenha Mensal.

Na região Norte, onde estão instaladas indústrias eletrointensivas, a queda de consumo industrial foi de 20,2%, informou a EPE sem citar o nome das indústrias que reduziram atividade.

“Este quadro foi puxado pela região Norte, onde uma planta da metalurgia dos metais não-ferrosos no Pará recuou o seu consumo a partir de abril para se adequar à retração na fabricação da sua matéria-prima que provém de outra planta do próprio Estado. Na região Nordeste, houve parada para manutenção de planta química alagoana de soda-cloro no 1º trimestre, o que impactou o consumo do período”, disse em nota.

Por outro lado, tiveram desempenho positivo no mês de junho as indústrias de extração de minerais metálicos (+4,5%), papel e celulose (+3,4%) e químico (+2,8%). A classe residencial teve alta de 1,5% no consumo de energia de junho e a comercial subiu 0,4%.

De maneira geral, o consumo de energia elétrica no Brasil caiu 0,4% no mês passado, para 37.791 gigawatts-hora, com destaque para a região Norte, em queda de 8,9% puxada pela indústria. A região Nordeste teve queda de 0,1% e as regiões Sudeste/Centro Oeste e Sul registraram alta de 0,5% cada.

O mercado cativo das distribuidoras apresentou queda de 2,4% e de 2,7% nos últimos 12 meses. Já os consumidores livres registraram aumento de 4,1% em junho, na comparação com um ano antes, e de 12,1% em 12 meses.

## Setor de serviços e comércio criaram 75% das vagas de trabalho intermitente e parcial após reforma trabalhista

01/08/2018 – G1

***Novas modalidades, porém, representam menos de 10% do total das vagas criadas neste ano e ficam abaixo da estimativa do governo.***

Desde a entrada em vigor da reforma trabalhista, o setor de serviços e o comércio foram responsáveis por mais de 75% das vagas criadas nas modalidades de trabalho intermitente e regime parcial. É o que mostra levantamento feito pelo **G1** com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho (MTE).

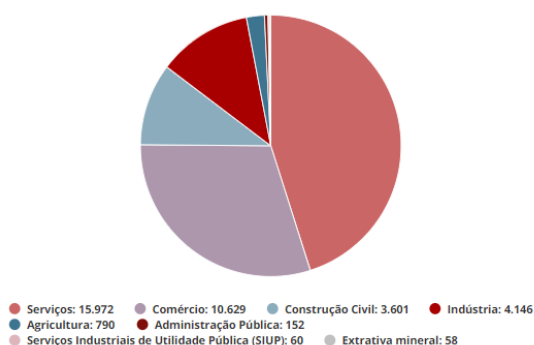
Os números apontam ainda que a criação de vagas nas novas modalidades regularizadas pela reforma representa cerca de 7% do total de 392 mil postos abertos no país neste ano – abaixo da previsão inicial do governo, que tinha a expectativa de que a reforma criasse dois milhões de empregos em 3 anos.

O trabalho intermitente ocorre esporadicamente, em dias alternados ou por algumas horas, e é remunerado por período trabalhado. Já o regime de trabalho parcial é aquele em que o empregado tem até 30 horas semanais de serviço contratado.

## Entenda o trabalho intermitente e saiba mais sobre a nova lei trabalhista

Criação de vagas de trabalho intermitente e parcial

De novembro de 2017 a junho de 2018





De novembro de 2017, quando a reforma entrou em vigor, até junho de 2018, foram criadas **35 mil vagas** de trabalho nessas duas modalidades – sendo 26 mil concentradas no setor de serviços e no comércio. Já o setor da indústria criou 4,1 mil vagas (11%), enquanto a construção abriu 3,6 mil (10%).

Isoladamente, o setor de serviços lidera a criação de postos intermitentes e em regime parcial. No período analisado, o setor criou 8,5 mil vagas de trabalho intermitente e 7,4 mil em regime parcial. O número significa que, de todas as vagas criadas nessas duas modalidades de trabalho, 45% foram no setor de serviços.

Já o comércio, sozinho, representa uma fatia de 30% do total de vagas de trabalho intermitente e em regime parcial criadas desde a reforma trabalhista.

### **Nova lei trabalhista regulamenta o trabalho esporádico; entenda**

#### ***Funções que mais abrem postos***

Entre as funções que criam vagas de trabalho intermitente, as que apareceram com mais frequência nos dados mais recentes do Caged, de junho, foram:

- assistente de vendas
- recepcionista
- alimentador de linha de produção
- servente de obras
- garçom
- cozinheiro
- faxineiro
- pedreiro
- carregador
- vigilante
- Já no regime de trabalho parcial, as funções mais comuns foram:
- vendedor de comércio
- assistente administrativo
- repositor de mercadorias
- operador de caixa
- auxiliar de escritório
- faxineiro
- operador de telemarketing
- recepcionista
- motorista de ônibus
- embalador

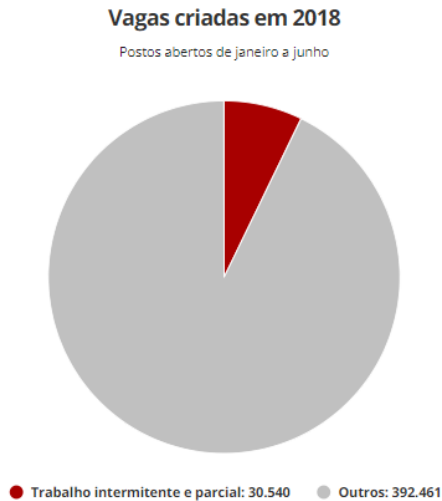


O MTE também aponta que os profissionais com ensino médio são maioria entre os que aceitam uma vaga de trabalho intermitente. Em junho, 77% das vagas nessa modalidade foram preenchidas por pessoas com esse nível de escolaridade. Já no trabalho em regime parcial, foram 60% das vagas.

#### ***Vagas das novas modalidades são menos de 10% do total***

Desde a entrada em vigor da reforma trabalhista, o país já teve a criação de cerca de 35 mil vagas de trabalho intermitente e em regime parcial. Dessas, aproximadamente 30 mil foram

criadas em 2018. O número representa 7% do total de 392 mil vagas criadas no país de janeiro a junho.

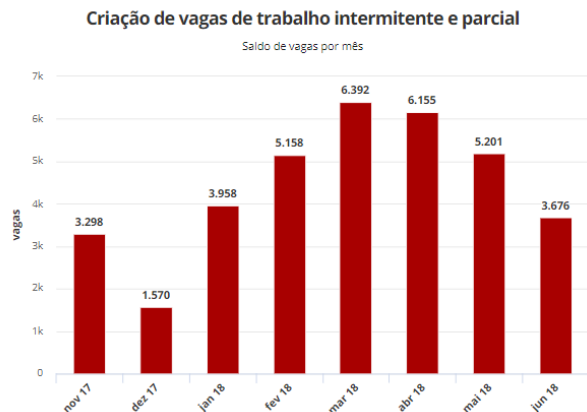


Fonte: Caged

Além disso, o número de vagas criadas por mês ainda está abaixo da previsão feita pelo governo quando a reforma foi aprovada.

A estimativa era que, com as novas regras, seriam criadas 55 mil vagas por mês considerando apenas o trabalho intermitente.

### Criação de vagas de trabalho intermitente e parcial



Fonte: Caged

### **Nova lei trabalhista traz mudanças, mas ainda enfrenta resistência; veja as consequências**

O economista Thiago Xavier, da Tendências Consultoria, diz que já era esperado que o impacto da reforma sobre o saldo de vagas de emprego no Brasil não seria imediato, apontando que as novas regras não bastam para que o mercado de trabalho se recupere.

**"O que vai gerar vagas vai ser o quanto a atividade econômica cresce e a capacidade de absorção do mercado de trabalho. A reforma trabalhista por si só não vai impulsionar o emprego", afirma Xavier.**

Ele acrescenta que a baixa representatividade das novas modalidades de trabalho é resultado de uma combinação de fatores, incluindo uma sensação de indefinição por parte das empresas. "Precisa de tempo para que as empresas se sintam seguras de criar empregos nessas novas modalidades."



Em todo o ano de 2017, a economia brasileira fechou 20.832 postos de trabalho formais. Foi o terceiro ano seguido em que houve mais demissões do que contratações no país.

## **Número de brasileiros fora da força de trabalho chega a 65,6 milhões**

01/08/2018 – Bem Paraná (publicado em 31-07-2018)

No segundo trimestre, o número de pessoas que não trabalham ou desistiram de procurar emprego cresceu 1,2% e atingiu um nível recorde: 65,6 milhões de brasileiros com 14 anos ou mais estão fora de força de trabalho.

Trata-se do nível mais alto da série histórica do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), iniciada em 2012, informou o órgão na terça-feira (31).

As pessoas fora da força de trabalho são aquelas que têm idade para trabalhar, mas, por alguma razão, deixaram de procurar emprego.

O mais preocupante, diz Everton Carneiro, analista da RC Consultores, é que uma forte explicação para isso é o crescimento do desalento -a desistência de ir em busca de uma vaga diante da lenta retomada econômica.

Paradoxalmente, nas estatísticas, a taxa de desemprego caiu, graças ao aumento dos postos de trabalho informais.

A taxa de desemprego teve uma redução de 13% para 12,4% no segundo trimestre do ano em relação ao primeiro, somando 13 milhões de desempregados.

Em relação ao mesmo trimestre do ano passado, os números também não animam: ao mesmo tempo em que 1 milhão de pessoas passaram a ter alguma ocupação no período, um grupo maior, de 1,2 milhão de pessoas, saiu da força de trabalho.

Outro ponto que chama a atenção é que esse aumento de pessoas ocupadas nos últimos doze meses é mais do que inteiramente explicado pelo avanço do emprego informal e também, em menor grau, do emprego público, diz o economista Fernando Montero, da consultoria Tullett Prebon, em relatório.

No mercado informal, diz ele, a soma dos trabalhadores do setor privado sem carteira assinada, de empregadores e trabalhadores por conta própria sem CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), de trabalhadores familiares e de trabalhadores domésticos sem carteira atinge 821 mil ocupados no período. Já o número de empregados no setor público subiu 310 mil.

Em sentido oposto, os trabalhadores e domésticos privados com carteira mais os empregadores e conta própria com CNPJ caíram 130 mil na comparação com o segundo trimestre de 2017.

O IBGE divulgou pela primeira vez o nível da formalização dos grupos de trabalhadores por conta própria e empregadores, que são indivíduos que têm pelo menos um funcionário

Como já era esperado, 80% dos conta própria não têm CNPJ. Entre os empregadores, a relação se inverte: 80% não tinham CNPJ, em linha com o fato de que os trabalhadores por conta própria costumam ser pequenos empreendedores que decidiram abrir seus negócios após perder empregos formais.

Chama a atenção, no entanto, que o número dos empregadores precários vem em alta praticamente contínua desde 2015, atingindo o recorde de 911 mil.

Segundo o IBGE, dos 91,2 milhões de ocupados, ao menos 40,6% (ou 37 milhões) estão no mercado informal. Já o número de empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada atingiu o menor nível da série histórica iniciada em 2012, ao registrar contingente de 32,8 milhões de pessoas.

"Aumentou a oferta de trabalho, mas a qualidade do emprego está menor", diz Carneiro, da RC Consultores.

Segundo Carneiro, outro sinal de piora da qualidade no trabalho é que, a despeito da alta no contingente de ocupados, a renda real do trabalhador (descontada a inflação) se mantém estável.

Em relação a igual período de 2017, esse rendimento cresceu 1,1%. Na prática, a renda do trabalhador subiu R\$ 24 no intervalo de um ano. "É aumento de vagas que não gera melhora no poder de compra, o que retarda a retomada econômica", diz Carneiro.

Mesmo com crise fiscal, setor público amplia contratações

Enquanto o mercado de trabalho brasileiro tem cada vez mais trabalhadores informais de um lado e, de outro, pessoas desistindo de procurar vaga, o setor público amplia as contratações e bate recorde de empregados num momento de severa crise fiscal. Entre abril e junho, 11,6 milhões de pessoas estavam empregadas no setor público - o maior nível da série histórica, iniciada em 2012, segundo dados do IBGE.

No segundo trimestre, 392 mil pessoas foram contratadas pelo setor público. Deste total, 73% ou 289 mil vagas não tinham carteira assinada, em modelos de contratação que podem ser por meio de cargos temporários ou comissionados.

Fernando Montero, economista da consultoria Tullett Prebon, diz que o avanço das contratações públicas, mais associado a administrações regionais, ocorre desde a virada de 2017, o que indica que não pode ser explicado apenas pelo ciclo eleitoral.

Cosmo Donato, economista da LCA Consultores, diz que é possível que sejam contratações de funcionários por contrato temporário, em especial nos setores da saúde e da educação, justamente porque as prefeituras não têm verba para contratar via concurso.

Na avaliação do próprio IBGE, a alta é sazonal.

"É comum as prefeituras dispensarem trabalhadores no fim do ano e recontratá-los no início do ano seguinte", afirmou o coordenador de Trabalho e Renda do IBGE, Cimar Azeredo. Como o país tem mais de 5.000 municípios, o movimento é grande.

## **País tem 37 milhões de postos de trabalho na informalidade, aponta IBGE**

01/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 31-07-2018)

O Brasil tem pelo menos 37.060 milhões de postos de trabalho na informalidade, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados nesta terça-feira, 31, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O cálculo inclui os empregados sem carteira assinada no setor privado, trabalhadores domésticos sem carteira, ocupados por conta própria sem CNPJ, empregadores sem CNPJ e pessoas que atuam como trabalhador familiar auxiliar.

Segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, pode haver mais trabalhadores na informalidade que não estão sendo enxergados nesse cálculo,

como, por exemplo, aqueles com CNPJ que não estão em dia com suas contribuições. "São 40,6% da população ocupada que se encontra na proxy da informalidade", declarou Azeredo.

No segundo trimestre deste ano, houve geração de 657 mil postos de trabalho, o que ajudou a reduzir o total de pessoas desempregadas, mas 79 mil vagas com carteira assinada no setor privado foram extintas. Para Azeredo, ainda não é possível dizer que o quadro na ocupação é positivo justamente por haver ainda um número elevado de pessoas trabalhando na informalidade.

"Isso é prejudicial porque parte dessa população não está contribuindo para a Previdência. Não é bom para essas pessoas nem para a população em geral", argumentou o coordenador do IBGE.

Quanto ao aumento na população ocupada, Azeredo lembra que parte foi absorvida pelo setor público, 392 mil contratações, e parte pela informalidade, com 276 mil vagas sem carteira assinada no setor privado, 42 mil ocupados por conta própria sem CNPJ, e 53 mil trabalhadores domésticos a mais sem carteira.

"O que a gente tem hoje é uma redução do desemprego em função de aumento da população ocupada. Poderia ser uma notícia positiva, não fosse a queda da população com carteira assinada que a gente vem apresentando.

A queda foi menor, mas temos o menor número de pessoas com carteira no setor privado, estamos no menor patamar da série. Em quatro anos, esse número chegou a cair quase quatro milhões", completou Azeredo.

### **Número de empregadores sem CNPJ cresce 10,5% em 1 ano**

01/08/2018 – G1 (publicado em 31-07-2018)

***Patrões informais somam 911 mil e representam 20,8% do total de empregadores no país.***

Com a crise, cresceu também a informalidade entre empregadores. O número de patrões sem CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) no país cresceu 10,5% em 1 ano, segundo dados divulgados nesta terça-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da pesquisa Pnad Contínua.

No trimestre encerrado em junho, o número de empregadores sem CNPJ chegou a 911 mil, um aumento de 86 mil na comparação anual. Os informais passaram a representar 20,8% do total de patrões no país.

### **Empregadores sem CNPJ**

Os números refletem não só o crescimento da informalidade entre empregadores, mas também o maior número de trabalhadores que passaram a se virar em bicos e no chamado empreendedorismo de necessidade.

"É o instinto de sobrevivência das pessoas para se manterem no mercado e garantir a subsistência e superar a crise de alguma forma", afirma Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Levantamento da LCA Consultores, publicado nesta terça-feira pelo jornal "Valor Econômico" mostra que entre as atividades com maior avanço do número de patrões sem CNPJ estão construção, agricultura, alimentação e comércio. São desde pedreiros que passaram a fazer pequenas obras com o auxílio de serventes, até microempreendedores ou ambulantes que contratam auxiliares.

Os números do IBGE mostram que também cresceu o número de empregadores com CNPJ, ainda que em ritmo menor, com alta de 2,6% em 1 ano.

### **Conta própria com CNPJ cresce 7,5%**

No último ano, cresceu também o número de trabalhadores por conta própria sem CNPJ, que somaram 18,6 milhões no 2º trimestre, uma alta de 1,3% em relação ao mesmo período do ano passado, ou 247 mil pessoas a mais.

O avanço, entretanto, foi maior entre os trabalhadores por conta própria com CNPJ, que reúne os chamados MEIs, que aumentou 7,5% em 1 ano, somando 4,37 milhões e refletindo a maior formalização de microempreendedores individuais no país.

Esta foi a primeira vez que o IBGE divulgou na Pnad Contínua mensal o número de empregadores com e sem CNPJ.

### **Diferença de rendimento**

De acordo com o levantamento, o rendimento médio mensal do empregador com CNPJ é de R\$ 5.901, quase o dobro do informal (R\$ 3.112). Na categoria conta própria, o rendimento médio é de R\$ 3.060 para os formais e de R\$ 1.264 entre os informais.

O IBGE divulgou nesta terça que a taxa de desemprego no país recuou para 12,4% no trimestre encerrado em junho, puxada principalmente pela geração de postos informais e pelo grande número de brasileiros fora do mercado de trabalho.



### **Nº de brasileiros que não trabalham nem buscam emprego é o maior desde 2012**

Do total de 91,2 milhões de brasileiros ocupados, 40,6% ou cerca de 37 milhões estão próximos da informalidade, segundo o IBGE. São empregados sem carteira, domésticos sem carteira, conta própria sem CNPJ e também os empregadores sem CNPJ.

### **A melhora ainda frustrante no emprego**

01/08/2018 – G1 (publicado em 31-07-2018)

O mercado de trabalho mantém a tendência de queda do desemprego. Mas dentro do mesmo padrão verificado desde o início do ano: uma redução lenta, sem força suficiente para gerar esperança para o contingente de 13 milhões de desempregados registrados na pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada nesta terça-feira (31), a Pnad contínua de junho.

A frustração das expectativas de um crescimento entre 3 e 3,5% para a economia este ano resulta também na frustração da esperança de que o ano pudesse terminar com a taxa de desemprego abaixo de 10%, com previam vários especialistas.

O que ainda seria um nível elevado, mas que certamente recolocaria pelo menos mais dois milhões de trabalhadores no mercado. Faria uma boa diferença.

Mas mesmo com a economia crescendo metade do previsto, o desemprego vai diminuir até o final do ano.

A tímida melhora do mercado de trabalho tem pelo menos um efeito: reduz o temor de perder o emprego entre aqueles que estão empregados, fator importante para aumentar a predisposição ao consumo.

Os números absolutos dão uma dimensão melhor do nosso mercado de trabalho:

- O contingente de 13 milhões de desempregados é maior do que a população de Portugal, de 10,2 milhões de habitantes;
- mas, com a redução da taxa de desemprego no trimestre abril/maio/junho, o número de desempregados diminuiu em 723 mil. Mais do que a população de Lisboa, de 506 mil habitantes. Já o número de pessoas empregadas aumentou em 657 mil;
- a população na idade de trabalhar (acima de 14 anos) é de 169,8 milhões de pessoas;
- desse total, 65,6 milhões estão fora da força de trabalho (não trabalham nem procuram emprego);
- a população na força de trabalho (está empregada ou procura emprego) é de 104,2 milhões;
- são 91,2 milhões de pessoas empregadas e 13 milhões desempregadas;
- a soma dos rendimentos dos que estão empregados é de R\$195,6 bilhões por mês.

### **Funcionários de Furnas iniciam paralisação de 72 horas**

01/08/2018 – Bem Paraná (publicado em 31-07-2018)

Os funcionários de Furnas Centrais Elétricas iniciaram à zero hora desta terça-feira (31) uma greve de 72 horas, mas garantem a normalidade dos setores de operação e a manutenção dos serviços essenciais.

Entre as reivindicações do movimento estão alterações na metodologia de cálculo da Participação nos Lucros e Resultados da empresa e a saída do presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior. Os funcionários também se posicionam contra a tentativa em curso de privatização da Eletrobras e de suas subsidiárias.

A Intersindical Furnas, que representa cerca de 4,5 mil funcionários ligados à empresa, garante que a paralisação não vai afetar a população, já que os setores de manutenção e operação da subsidiária de Eletrobras estão funcionando normalmente “de modo a garantir os serviços essenciais”.

“A população pode ficar tranquila pois, embora a paralisação tenha adesão total dos funcionários, a participação na mobilização não é de 100% de modo a não afetar os trabalhos de operação e manutenção e, em consequência, o abastecimento de energia à população”, garante a entidade.

Sobre as consequências da paralisação de 72 horas dos funcionários, Furnas garantiu que os serviços essenciais funcionam sem restrição. “Furnas esclarece que os serviços essenciais da empresa estão funcionando sem nenhuma restrição em todas as suas instalações pelo Brasil”, diz nota.

### **Ocupação de galpão logístico segue em alta no 2º tri, mas ainda não anima setor**

01/08/2018 – Folha de S. Paulo

***Vacância cairá entre 0,5 a 1 ponto percentual nos próximos trimestres, dizem especialistas***

O setor de galpões industriais de alto padrão registrou uma alta na taxa de ocupação no segundo trimestre. Em São Paulo, principal mercado do país, o aumento ficou entre 1 e 2,5 pontos percentuais, segundo consultorias imobiliárias.

As eleições e a quantidade de obras a ser entregues, porém, impedem que o setor trace projeções mais otimistas.

A vacância deverá cair 0,5 a 1 ponto percentual nos próximos trimestres, a não ser que donos de condomínios logísticos entreguem seus estoques simultaneamente, diz Giancarlo Nicastro, da plataforma de informações Siila.



Centro logístico dos Correios, em Duque de Caxias (RJ) - Ricardo Borges - 11.jul.16/Folhapress

“O volume de projetos é muito maior que a demanda, muitos fundos fizeram captações. Se investidores não tiverem cautela e construírem tudo de uma vez, haverá uma explosão na vacância e uma derrubada dos preços.”

“Com o quadro político incerto e o desemprego ainda alto, o segundo semestre deverá ter desempenho aquém do ideal”, afirma Mario Sergio Gurgueira, diretor da Cushman & Wakefield.

“Os últimos seis meses do ano costumam ser melhores que os primeiros, então a tendência é que o mercado ande de lado, sem quedas ou picos.”

Os preços, que sofreram nos últimos anos com o aumento da oferta, deverão levar mais tempo para se recuperar, diz Ricardo Hirata, da JLL.

“Ainda vemos uma leve queda por causa de novos lançamentos. O que já percebemos de diferente é o oferecimento de menos meses de carência e descontos menores sobre o valor inicial.”

### **Procon do Paraná orienta consumidores sobre proteção de dados pessoais**

01/08/2018 – Bem Paraná (publicado em 31-07-2018)

O direito do consumidor não ampara totalmente a proteção de dados pessoais no Brasil e a sanção sem vetos da Lei Geral de Proteção de Dados, em trâmite recentemente aprovada no Senado Federal, representa um grande avanço na defesa do consumidor e do cidadão.

Por isso, o Procon-Paraná, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, orienta o consumidor sobre a proteção dos seus dados pessoais em compras e trâmites que sejam solicitados os números dos documentos.

É muito comum o consumidor chegar a um estabelecimento comercial e ser questionado sobre seus dados pessoais, e a pergunta mais comum é "qual o número do seu CPF?".

O consumidor, muitas vezes sem questionar a razão, acaba informando seus dados. A grande questão é que bancos de dados estão sendo alimentados com essas informações e os hábitos de consumo dos clientes monitorados para o posterior oferecimento de produtos e serviços. Em outras palavras, sem saber, o cliente acaba virando um alvo.



Fornecer dados sobre plano de saúde, CPF, endereço, entre outros, não é obrigatório quando se trata de uma compra e venda comum em lojas do varejo, em farmácias ou até em mesmo em restaurantes.

De acordo com a diretora do Procon, Claudia Silvano, o consumidor precisa sempre questionar o motivo pelo qual tem que fornecer seus dados pessoais, tais como CPF, RG, endereço ou sua biometria. "São nossos dados pessoais, não sabemos como os fornecedores conservam, usam, e os protegem. No Brasil, ainda não foi sancionada uma lei de proteção de dados", diz Claudia.

Mas há casos em que lojistas, para vender a crédito ou conceder financiamentos, precisam consultar os cadastros restritivos de crédito. Nesse caso há uma justificativa para mostrar o seu CPF, evitando fraudes, afirma a diretora.

**COMPRAS PRESENCIAIS** - Não é obrigatório informar seus dados pessoais numa compra presencial em um estabelecimento, seja em supermercado, loja ou restaurante. Se algum dado for exigido, você pode negar e questionar o motivo da solicitação. Quando isso acontecer, lembre-se de notificar o Procon de sua cidade.

**LIGAÇÕES DE EMPRESAS** - Se receber alguma ligação de empresa que presta serviços tais como internet, banco, cartão de crédito ou outros, tome cuidado. Caso a pessoa solicite seus dados, por mais que você seja cliente, não informe de imediato. Não há dúvidas e que essas empresas já possuem suas informações num banco de dados.

**EVENTOS CULTURAIS** - Para shows, teatros, exposições e visitas a museus pode ser exigido o documento de identidade, quando houver classificação de faixa etária. É preciso fornecer o CPF e seus dados nos seguintes casos: Compras pela internet é preciso informar o CPF, pois as empresas fazem o preenchimento de notas fiscais eletrônicas. Outro motivo de ter o seu cadastro é a garantia de quem está comprando e, desta forma, evitar fraudes.

**Apólices de Seguros** - como se trata de um contrato emitido por uma seguradora, que formaliza a aceitação do risco objeto do contrato de seguro, é permitida a exigência de apresentação de alguns dados pessoais. É preciso lembrar que seguradora tem a responsabilidade sobre os todos os riscos que possam acontecer com o item segurado. Neste caso, ficam explícitas as necessidades do fornecimento de dados para a contratação desse serviço.

## **Marina Silva diz defender reforma trabalhista, mas, se eleita, mudará pontos da lei**

01/08/2018 – G1

*Pré-candidata da Rede à Presidência deu declaração em entrevista à GloboNews. Marina disse que mudará regras sobre trabalho de gestantes, horário de almoço e honorários advocatícios.*

A pré-candidata da Rede Sustentabilidade à Presidência da República, Marina Silva, disse nesta terça-feira (31) defender a reforma trabalhista. Afirmou também que, se eleita, mudará pontos da lei atual.

A declaração foi dada em entrevista à GloboNews, que, nesta semana, entrevista postulantes ao Palácio do Planalto nas Eleições 2018.

Proposta pelo governo em 2016, a nova lei trabalhista foi aprovada pelo Congresso em 2017. Em julho do ano passado, as regras foram sancionadas pelo presidente Michel Temer e, em novembro, entraram em vigor.

"Revogar [a nova lei trabalhista], não. Mas eu vou corrigir os pontos draconianos. Pode ter certeza", declarou a pré-candidata.

Em seguida, Marina Silva citou quais pontos mudará se for eleita presidente:

- Trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres;
- Permissão para o horário de almoço ser de 30 minutos;
- Pagamento dos honorários advocatícios por quem perder ação judicial.

Na opinião da pré-candidata, o governo Michel Temer fez uma reforma "atabalhoada", sem ouvir críticas. Por isso, Marina Silva afirmou que, se for eleita, ouvirá representantes dos empresários e dos trabalhadores.

"Precisa de reforma? Precisa. Precisamos atender a um problema da reestruturação produtiva, precisamos resolver o problema da informalidade. [...] Precisamos fazer uma reforma que nos leve à modernização das relações de trabalho e não a relações pré-modernas de relações de trabalho", declarou.

Marina destacou, porém, que a reforma aprovada pelo Congresso e sancionada por Temer "diminuiu a indústria dos processos" – levantamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) mostra que as ações caíram cerca de 45% após a lei entrar em vigor.

### *Imposto sindical*

Durante a entrevista à GloboNews, Marina Silva foi questionada sobre se manterá o fim do imposto sindical obrigatório. A pré-candidata disse que sim, mas defendeu uma alternativa para os sindicatos não ficarem "tão fragilizados".

"Uma coisa é discutir o imposto sindical, porque eu sempre defendi, quando eu era da CUT lá atrás, liberdade e autonomia sindical. Eu continuo sendo coerente com isso. Agora, tem que resolver como é que os sindicatos vão existir, qual a forma de contribuição para que os sindicatos não sejam tão fragilizados", declarou.

Antes da nova lei trabalhista, o imposto sindical era obrigatório. Mas, com a reforma, a regra caiu. E, em junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a volta da obrigatoriedade.



### **Outros temas**

Saiba abaixo outros temas abordados pela pré-candidata durante a entrevista à GloboNews:

- **Aborto:** "Se for para ampliar para além disso [o que está previsto atualmente em lei], eu defendo que seja feito um plebiscito. [...] Eu sou contra [permitir o aborto até 12 semanas de gestação]. [...] Ninguém pode advogar que o aborto seja um método contraceptivo. [...] Não acho que um tema dessa complexidade, que envolve uma série de questões, de ordem ética, moral, de saúde pública, de ordem religiosa, deva ser decidido pelo Supremo".
- **Reforma da Previdência:** "Sei que tem déficit e sei que é grande, mas precisa ter transparência. Há a necessidade, sim, de se fazer a reforma da Previdência. [...] A minha opinião é a de que podemos encarar a questão da idade mínima. Dentro da questão da idade mínima, obviamente a gente vai ter que reavaliar o tempo de aposentadoria".
- **Crise na Venezuela:** "A Venezuela não é mais uma democracia. É preciso, cada vez mais, uma ação integrada entre países da América Latina para solução humanitária e, nas relações diplomáticas, encontrar um caminho para a Venezuela. Não advogo que a Venezuela é um país onde a democracia acontece".
- **Prisão após 2ª instância e foro privilegiado:** "A prisão em segunda instância deve ser mantida porque é algo bom para o Brasil acabar com a impunidade. Mas tem que ser a

[condenação em] primeira e em segunda instância com o fim do foro porque, senão, a gente cria dois pesos e duas medidas".

- **Reajustes para servidores:** "Olhando para todos, os servidores públicos devem também fazer o seu sacrifício. Agora, isoladamente, fica injusto, ficam dois pesos e duas medidas. [...] O funcionalismo público deve dar a sua cota de contribuição para o momento difícil do país. Agora, não dá para pegar sempre o funcionário público como se fosse o bode expiatório e fazer vista grossa para um conjunto de todos os privilégios que estão aí".
- **Candidaturas avulsas:** "Eu entendo o partido como um movimento. Eu não sou daquela visão que acha que o partido é o redentor. [...] Sou a favor de quebrar o monopólio dos partidos, [sou a favor de] ter candidaturas independentes. Porque, com o monopólio que eles [os partidos] têm, você não tem mais como inovar na política".
- A pré-candidata disse ser favorável à **redução de ministérios** e à **privatização** de algumas empresas e afirmou ser contra a **revisão da lei de anistia**.

### **Marina diz que Refis é "grilagem do orçamento" e defende fim de privilégios para melhorar questão fiscal**

01/08/2018 – Reuters

A pré-candidata da Red e à Presidência, Marina Silva, criticou na terça-feira os programas de refinanciamento de dívidas com a União, chamando-os de uma "grilagem do orçamento público", e defendeu que as isenções tributárias sejam discutidas para aliviar o problema fiscal do país.

Pré-candidata da Rede à Presidência, Marina Silva 05/07/2018 REUTERS/Adriano Machado

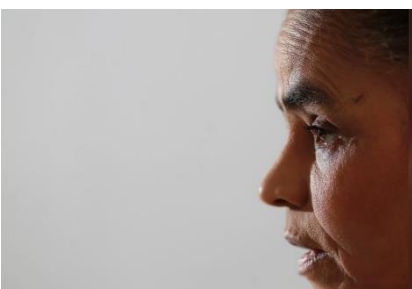
Para a pré-candidata, muitas vezes o funcionalismo público é utilizado como bode expiatório para a questão fiscal, mas ele deve ser debatido em conjunto com outros "privilégios".

"Se vamos ter uma agenda de sacrifícios, então vamos botar todos os privilégios na mesa e tratá-los conjuntamente", disse em entrevista à Globonews, citando o Refis e as isenções concedidas pelo governo. "Porque senão a gente cria um debate enviesado".

Marina argumentou que as isenções de multas e renegociação de dívidas impedem que "bilhões e bilhões" de reais possam ser direcionados a áreas como a saúde e a educação.

"É muito fácil defender economia de livre mercado e ir para o balcão do governo todo tempo para legalizar o ilegal", afirmou.

Questionada, negou que revogaria a reforma trabalhista, mas reconheceu a necessidade de corrigir o que considerou "pontos draconianos", como as regras para o trabalho de grávidas e lactantes e a isenção de custas processuais a pessoas de baixa renda.



“Vamos corrigir, fazer o debate, não se pode ouvir só um lado”, disse, lembrando da necessidade de abordar a questão da informalidade e aproveitando para defender uma discussão sobre o Sistema S.

A ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente disse que manteria o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, mas alertou para a importância de uma solução para os sindicatos, para que “não sejam tão fragilizados”.

## **DOGMAS**

Durante a entrevista, Marina garantiu não nutrir posições “dogmáticas” sobre privatizações, parcerias e concessões, ainda que tenha se posicionado contra a venda de empresas como a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

“Mas dentro de um plano existem empresas que podem ser privatizadas”, avaliou.

No caso da reforma da Previdência, defendeu a discussão sobre uma idade mínima, mas disse ser necessário uma análise melhor sobre o estabelecimento de idades diferentes para homens e mulheres.

“Existem nuances que precisam ser observadas nesse debate”, disse, defendendo que as regras para os militares também sejam avaliadas.

Marina disse ainda que teria agido “completamente diferente” do presidente Michel Temer no caso da greve dos caminhoneiros, e teria se antecipado à crise, já que o governo detinha a pauta de reivindicações da categoria muito antes da paralisação.

Ela reconheceu que a Petrobras enfrentou limitações estruturais, mas tinha como “manejar” a questão do preço dos combustíveis e não soube entender sua “importância estratégica”.

## **Candidato promete revolucionar acesso ao BNDES: “só para pequenas e médias empresas”**

01/08/2018 – Gazeta do Povo (publicado em 31-07-2018)

***Guilherme Boulos disse em palestra que pretende mudar a lei de licitações, caso seja eleito presidente. Candidato do PSOL criticou a formação de cartéis para ganhar contratações do estado***



Candidato do PSOL à Presidência, Guilherme Boulos quer que o BNDES seja focado em crédito para pequenas e médias empresas HEULER ANDREY/AFP

Candidato do PSOL à Presidência, Guilherme Boulos quer revisar a Lei 8.666, que regulamenta as licitações no país. Na tarde desta terça-feira (31), ele prometeu desburocratizar esse processo e foi além: quer o BNDES apenas para pequenas e médias empresas.

As afirmações foram realizadas em uma palestra para empresários da ACRJ (Associação Comercial do Rio de Janeiro). Identificado com ideias de esquerda e defensor do papel do estado como fonte de desenvolvimento econômico, Boulos deu poucos detalhes de como faria isso na prática. Disse que a ideia é que empresas

menores possam contratar com o Estado com mais facilidade do que ocorre atualmente.

Ele disse acreditar que o modelo posto hoje em dia, em que as contratações são feitas pelo menor preço, acaba por beneficiar as grandes empresas, que têm economia de escala e capacidade de cobrar menos pelos serviços prestados.

Segundo Boulos, a lei atual não impediu, por exemplo, a organização de cartéis em diversas obras públicas recentes. A fala do candidato socialista foi interpretada como um aceno à plateia formada por comerciantes do estado do Rio, a maior parte deles de inclinação liberal na economia.

Ao propor desburocratizar a lei de licitações, Boulos estaria falando principalmente ao pequeno e médio empresário que não consegue competir com as grandes corporações quando o assunto é contratações com o poder público.

### ***Só para pequenas e médias***

Boulos afirmou ainda que, caso eleito, irá direcionar os recursos do BNDES exclusivamente para pequenas e médias empresas. As grandes teriam que buscar crédito em bancos comerciais, já que, em suas palavras, teriam capacidade de negociar melhores juros no mercado do que empresas de menor porte.

“O BNDES não será um banco para financiar grandes corporações que têm condições de tomar empréstimos de outras fontes”, disse Boulos.

O candidato do PSOL fez questão de diferenciar suas propostas em relação à política econômica adotada pelo governo de Dilma Rousseff, de desonerações tributárias a determinados setores produtivos e empresas. Boulos defendeu o oposto: mais taxaço sobre as camadas mais ricas da população, com o intuito de elevar a arrecadação federal e possibilitar aumentar o investimento governamental em áreas como saneamento, saúde, educação e moradia.

O coordenador do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) elencou medidas para fazer subir a arrecadação do governo. Entre elas está a taxaço de lucros, dividendos, grandes fortunas, heranças e propriedades.

Ele também cita o fim da DRU (Desvinculação das Receitas da União), medida aprovada pelo governo de Michel Temer, que permite que a União utilize como quiser até 30% dos tributos federais que são vinculados por lei a fundos ou despesas.

Boulos disse que irá combater desonerações de folha de pagamento e a informalidade no mercado de trabalho, em sua opinião resultado da reforma trabalhista, que ele pretende revogar se eleito.

“A reforma trabalhista reduz a arrecadação da Previdência porque são menos trabalhadores formais e, portanto, menos pessoas contribuindo com a aposentadoria pública. O aumento do investimento público gera mais arrecadação”, disse ele, que é contra também às propostas de ajuste fiscal.

Boulos afirmou que pretende combater privilégios na cúpula do funcionalismo público dos três poderes. Ele disse que é preciso limitar ganhos acima do teto e reduzir gratificações e bonificações incorporadas ao salário. “Queremos cortar privilégios e acabar com desonerações absurdas”, disse.

### ***Estado e empreendedorismo***

Se parte das ideias no sentido de desburocratizar a máquina pública e incentivar o empreendedorismo soaram como música aos ouvidos de empresários de inclinação liberal na plateia, outras propostas não encontraram adesão entre os presentes. Foi o caso da proposta de revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo Boulos, da maneira como está hoje, a LRF “criminaliza investimentos anti-cíclicos”, como gastos sociais e obras públicas, além de favorecer a privatizações e terceirizações de serviços públicos, algo que o candidato se colocou fortemente contra.

A LRF, disse, coloca um teto para o gasto do governo com pessoal, o que tem levado cada vez mais à gestão de serviços públicos por empresas privadas, em modelos como o das OS (Organizações Sociais) e PPP (Parcerias Público Privadas). Segundo Boulos, esses modelos abrem brechas para corrupção e para que as demandas da população fiquem em segundo plano frente aos interesses empresariais.

Apesar de defender o estado como motor do desenvolvimento, Boulos disse não ter uma plataforma “desenvolvimentista”, que é a corrente liderada pelo pensamento do economista britânico John Maynard Keynes, que pregava que em momentos de recessão econômica, o estado teria que assumir o papel de estimular o desenvolvimento por meio de programas de obras públicas.

### ***Diferenças entre governos***

Boulos disse não ser um desenvolvimentista para diferenciar suas propostas das adotadas na economia dos anos do PT na presidência. Segundo ele, o investimento público não teria como premissa uma melhora do PIB, mas sim uma melhora na qualidade de vida das pessoas e na redução da desigualdade social.

Um exemplo que seus assessores utilizam para marcar a diferença entre as propostas de governos passados e de um possível governo do socialista é o do Minha Casa Minha Vida.

Apesar de ser um programa de construção de moradias populares, a lógica de mercado prevaleceu no modelo de contratação das obras, avalia a campanha.

As construtoras recebiam uma verba do governo federal e ficavam responsáveis por adquirir terrenos e tocar a obra com esses recursos. Para economizar na compra de terrenos, as construtoras adquiriram áreas na periferia dos grandes centros urbanos, em lógica que não levaria em conta a qualidade de vida do cidadão, que continuou morando longe do trabalho e gastando muito tempo no transporte público.

“Nosso modelo não é para o PIB crescer. É para melhorar a vida do cidadão. Não queremos encher o bolso só de meia dúzia”, disse.

Boulos afirmou ainda que pretende ampliar a participação da população nas decisões do governo por meio de referendos e plebiscitos.

O primeiro plebiscito que Boulos prometeu levar à consulta popular seria para revogar atos do governo de Michel Temer, como a reforma trabalhista, o teto dos gastos públicos e autorização para que empresas privadas explorem o pré-sal.

### **Abimaq avalia que ajuste fiscal está longe de ser suficiente**

01/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 31-07-2018)

O diretor de competitividade da Abimaq, Mário Bernardini, criticou nesta terça-feira, 31, a prioridade dada ao ajuste fiscal por parte dos candidatos à sucessão presidencial.

A observação está implícita numa agenda de propostas entregue pela entidade aos presidentiáveis que parte da premissa de que as medidas voltadas ao reequilíbrio das contas públicas, como o enxugamento dos gastos públicos, não garantem sozinhas a retomada do crescimento.



“Já tivemos períodos de ajuste fiscal com crescimento pífio. Ele não é garantia de que voltaremos a crescer... Ajuste fiscal é fundamental, mas está longe de ser suficiente”, comentou o executivo da entidade que representa os fabricantes nacionais de máquinas e equipamentos.

Por conta da forte diminuição das encomendas de prazo mais longo nos setores de equipamentos de infraestrutura, dependentes de investimentos públicos, a indústria de bens de capital está trabalhando com uma carteira de pedidos para apenas dois meses, o pior nível em uma série histórica iniciada há dez anos.

Apesar disso, os resultados de junho, quando o faturamento do setor (R\$ 7,12 bilhões) foi o melhor do ano, foram comemorados na apresentação dos números à imprensa. Parte do desempenho se deve ao crescimento de 15,8% das exportações, na comparação com junho de 2017, mas Bernardini minimizou o efeito positivo da desvalorização do real sobre as vendas de produtos ao exterior.

“Eu reduziria a importância do câmbio mais favorável. Esse efeito leva um tempo, geralmente um ano, tanto nas importações quanto nas exportações.”

O executivo afirmou que o setor exibiu uma recuperação em “V” – ou seja, uma retomada rápida – após a greve dos caminhoneiros. “Caímos menos e tivemos uma recuperação maior do que a indústria em geral”, comentou Bernardini.

Segundo ele, a indústria de máquinas, que cresceu 4,2% no primeiro semestre, mostra alguma retomada porque, apesar da insegurança sobre a sucessão presidencial, alguns clientes voltaram a renovar parques produtivos.

“Faz cinco anos que não se compra máquina no País e máquina tem vida útil. Cresce porque não há mal que nunca se acabe”.

## **PL da tributação de fundos chega ao Congresso**

01/08/2018 – Bem Paraná (publicado em 31-07-2018)

O governo enviou ao Congresso um projeto de lei mudando as regras de tributação dos fundos exclusivos de investimento, em medida que geraria uma arrecadação extra de R\$ 10,7 bilhões em 2019.

O despacho foi publicado nesta terça-feira (31) no Diário Oficial da União.

Uma MP (Medida Provisória) assinada pelo presidente Michel Temer em outubro do ano passado já previa que esses fundos fechados, voltado a grandes investidores, passassem a seguir as mesmas regras de fundos abertos.

Atualmente, a cobrança de Imposto de Renda desses fundos só acontece no momento do resgate do investimento ou quando o fundo é liquidado.

A proposta é mudar esse recolhimento para duas vezes ao ano, como já acontece com os fundos abertos.

“A presente proposta tem por objetivos reduzir as distorções existentes entre as aplicações em fundos de investimento e aumentar a arrecadação federal por meio da tributação dos rendimentos acumulados pelas carteiras de fundos de investimento constituídos sob a forma de condomínio fechado, os quais se caracterizam pelo pequeno número de cotistas e forte planejamento tributário”, diz a justificativa do projeto.

Essa MP deveria ser votada até 8 de abril deste ano para não perder a validade, mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, decidiu deixar o texto caducar.

A avaliação de pessoas próximas às conversas é que pode ser difícil votar um projeto de lei antes das eleições deste ano, já que deputados e senadores devem voltar as atenções para as campanhas.

O mesmo projeto enviado para apreciação do Congresso prevê um alinhamento da tributação entre investimentos feitos por instituições financeiras no exterior e proteção para variação cambial (o chamado hedge no jargão do mercado financeiro) desses investimentos feitos no Brasil.

Atualmente, há uma distorção, já que a aplicação feita no exterior não é tributada, diferentemente do hedge para esse investimento feito no Brasil.

Segundo a Receita, nesse caso não haveria impacto fiscal. Esse alinhamento ocorreria de forma paulatina, entre 2020 e 2023.

### **Projeção de crescimento de carga de energia para 2018 recua para 1,6%**

01/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 31-07-2018)

Autoridades do setor elétrico reduziram a projeção da carga de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) neste ano em 914 megawatts médios (MWmed) na segunda revisão quadrimestral da previsão de carga para o planejamento anual da operação, realizada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em parceria com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A nova carga projetada para este ano, de 66.645 MWmed, corresponde a um crescimento anual de 1,6% em relação a 2017, ante os 3% mantidos anteriormente. Considerando que na revisão quadrimestral anterior, realizada em abril, já havia sido anotada uma baixa na projeção, de 454 MWmed, no total a redução já chega a 1.368 MWmed. O setor iniciou o ano com uma expectativa de expansão da carga da ordem de 3,7%.

As estimativas de carga para 2019 também foram reduzidas, em 1.079 MWmed, levando a uma previsão de crescimento ligeiramente mais baixa no ano que vem, de 3,7%, índice 0,2 ponto porcentual menor que os 3,9% anteriores.

Com isso, a taxa média anual de crescimento da carga de energia entre 2018 e 2022 passou a ser prevista em 3,8% ao ano, com redução de 0,1 ponto porcentual em relação aos 3,9% mantidos nas duas projeções anteriores.

ONS, CCEE e EPE explicam que a revisão foi influenciada pela “reversão brusca das expectativas a partir de maio”, e sua decorrente redução das projeções de crescimento do PIB; pela greve dos caminhoneiros; pela interrupção do processo de redução da taxa de juros, com risco de aumento da Selic; pela situação fiscal “delicada” do País e pela disputa eleitoral, que podem, na visão das entidades, elevar o risco País.

A previsão de crescimento do PIB para 2018 utilizada na atual revisão é de 1,6%, abaixo dos 2,6% utilizados anteriormente. Para 2019 a estimativa é de 2,3%, ante os 2,6% anteriores.

### **B3 torna-se a terceira maior bolsa de derivativos no mundo, diz pesquisa**

01/08/2018 – Tribuna PR

A B3 chegou ao posto de terceira maior bolsa de derivativos do mundo em volume, segundo levantamento do primeiro semestre deste ano realizado pela FIA (Futures Industry Association), associação que reúne as principais bolsas do mundo. A bolsa brasileira passou a Intercontinental Exchange (ICE) na primeira metade do ano.

Conforme o estudo, a B3 é uma das bolsas com maior crescimento no período, com volume total 52,3% maior, para 1,3 bilhão de contratos na comparação com o primeiro semestre de 2017. Já a ICE atingiu 1,27 bilhão de contratos, alta de 15,2%.

“Estamos vivenciando um volume sem precedentes relacionado aos nossos minicontratos”, disse o diretor Internacional e de Desenvolvimento de Mercado da B3, Claudio Jacob, por meio de nota.

### **Caixa vai reduzir juros no crédito imobiliário para pessoa jurídica**

01/08/2018 – Isto É Dinheiro

A Caixa anunciou redução das taxas de juros do crédito imobiliário para o segmento “Produção Pessoa Jurídica”, com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

As taxas serão reduzidas em média de 1 a 2 pontos percentuais ao ano (a.a.), sendo a taxa mínima de 9% a.a., de acordo com o porte, rating, nível de relacionamento das empresas com a Caixa e a sustentabilidade do projeto, como informa o banco em comunicado.

“Como o cenário econômico está apresentando sinais de retomada, o banco reposicionou suas taxas de juros do SBPE e, atendendo à estratégia que valoriza a escolha da Caixa como banco de principal relacionamento, propôs-se a tratar de forma diferenciada os clientes com bom índice de relacionamento e com uma abordagem de incentivo ao cliente de menor risco, em razão da sua nota de score”, explica o vice-presidente de Habitação da Caixa, Paulo Antunes de Siqueira, na nota.

O objetivo é a “retomada dos lançamentos de empreendimentos para geração de emprego, renda e acesso a moradia”, ainda segundo o comunicado.

### **Copom deve manter pela terceira vez consecutiva taxa básica de juros em 6,5% ao ano, aposta mercado**

01/08/2018 – G1

*Comitê se reúne nesta quarta-feira; resultado deve ser divulgado após as 18h. Definição da taxa de juros pelo Banco Central tem como objetivo atingir meta de inflação de 4,5% no ano.*



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve manter, nesta quarta-feira (1º), os juros básicos da economia em 6,50% ao ano, de acordo com a previsão da maior parte dos economistas do mercado financeiro.

Se a estimativa se confirmar, essa será a terceira manutenção seguida da taxa Selic, que, mesmo assim, continuará no menor nível da série histórica do Banco Central – que teve início em 1986.

A decisão do Copom será anunciada após as 18h desta quarta.

O mercado financeiro avalia ainda que os juros devem permanecer em 6,5% ao ano até o fim de 2018. Para o fechamento do próximo ano, porém, a estimativa dos economistas para os juros básicos está em 8% ao ano. Ou seja, a expectativa é de alta nos juros em 2019.

### *Como a decisão é tomada*

A definição da taxa de juros pelo BC tem como foco o cumprimento da meta de inflação, fixada todos os anos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para 2018, a meta central de inflação é de 4,5%.

Quando as estimativas para a inflação estão em linha com as metas, o BC reduz os juros; quando estão acima da trajetória esperada, a taxa Selic é elevada.

A previsão dos economistas para a inflação de 2018, que estava abaixo de 4% nos primeiros meses deste ano devido ao fraco nível de atividade, subiu depois da greve dos caminhoneiros – que gerou forte repique no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de junho. Naquele mês, o IPCA somou 1,26% – a maior taxa para o mês desde 1995.

Além da alta mensal em junho, outro fator que pode impulsionar a inflação é o aumento do dólar neste ano, fruto de tensões externas e de incertezas sobre o cenário eleitoral.

Entretanto, o dólar, que chegou a operar próximo de R\$ 4 no começo do mês passado, apresentou recuo nas últimas semanas e oscila atualmente em torno de R\$ 3,75, aliviando um eventual impacto inflacionário.

Se por um lado a greve dos caminhoneiros e o dólar pressionam a inflação, por outro o cenário de baixo crescimento da economia, com o desemprego ainda alto, atuam na direção contrária, atenuando as altas de preços.

Medindo todos estes fatores que têm impacto na inflação, o mercado financeiro prevê um IPCA de 4,11% para 2018, ainda abaixo da meta central de 4,5% e também do teto de 6,5% do sistema de metas de inflação para este ano.

Para 2019, ano que começa a ganhar força na definição da taxa de juros, pois as decisões do Copom demoram cerca de seis meses para terem impacto pleno na economia, a estimativa de inflação do mercado está em 4,10% – também abaixo da meta central de 4,25% e do teto de 5,75% do ano que vem.

### *Rendimento da poupança*

Se confirmada a nova manutenção dos juros nesta quarta, o rendimento da poupança também deverá permanecer o mesmo.

Pela regra atual, em vigor desde 2012, os rendimentos da poupança estão atrelados aos juros básicos sempre que a Selic estiver abaixo de 8,5% ao ano.

Nessa situação, a correção anual das cadernetas fica limitada a um percentual equivalente a 70% da Selic, mais a Taxa Referencial, calculada pelo BC. A norma vale apenas para depósitos feitos a partir de 4 de maio de 2012.

A medida visa evitar que a poupança fique mais atrativa que os demais investimentos, cujos rendimentos caem junto com a Selic. Sem o redutor, a poupança passaria a atrair recursos de grandes poupadores, que deixariam de comprar títulos públicos.

Se o juro básico da economia continuar em 6,50% ao ano, a correção da poupança permanecerá sendo de 70% desse valor - o equivalente a 4,55% ao ano, mais Taxa Referencial.

**IPC-S sobe 0,17% em julho após alta de 1,19% em junho, revela FGV**

01/08/2018 – Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) subiu 0,17% em julho, em forte desaceleração após a taxa de 1,19% apurada em junho, conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV), refletindo a normalização da oferta de produtos após a greve dos

caminhoneiros ter provocado um repique de preços. Com o resultado, o IPC-S acumula avanços de 3,17% no ano e de 4,22% em 12 meses.

O resultado mensal do IPC-S, divulgado na manhã desta quarta-feira, dia 1º, ficou abaixo da mediana de 0,24% obtida em pesquisa do Projeções Broadcast com instituições do mercado, mas dentro do intervalo de 0,08% a 0,31%.

Na comparação com a terceira quadrissemana de junho também houve arrefecimento do indicador, já que a taxa de variação naquela leitura havia sido de 0,38%.

No período, sete das oito classes de despesas desaceleraram: Alimentação (-0,21% para -0,61%), Habitação (1,34% para 1,08%), Educação, Leitura e Recreação (0,78% para 0,42%), Transportes (0,13% para 0,00%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,31% para 0,27%), Comunicação (0,32% para 0,24%) e Despesas Diversas (0,06% para 0,05%).

Já o grupo Vestuário, com variação de -0,91% para -0,64%, foi o único que acelerou o ritmo de seus preços entre a terceira quadrissemana e a quarta medição de julho, informou a FGV.

### **Anbima revisa previsão de crescimento do PIB de 1,6% para 1,5%**

01/08/2018 – Tribuna PR

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) cortou de 1,6% para 1,5% a previsão ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano. Esse é o terceiro corte nas previsões feitas pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da Anbima, composto por 25 economistas de instituições associadas e que começou o ano prevendo crescimento de 3% da economia brasileira. As outras duas revisões aconteceram em maio e em junho.

“A economia brasileira continua apresentando baixo dinamismo e grande ociosidade. Além disso, enxergamos poucos fatores que podem estimular uma recuperação no curto prazo”, disse o presidente do comitê, Marcelo Carvalho. “As melhoras na construção civil e no mercado de trabalho não mostraram continuidade, o que nos fez ajustar para baixo a previsão de crescimento deste ano”, acrescentou o economista.

A expectativa dos economistas da Anbima é que a taxa básica de juros (Selic) fique estacionada em 6,5% até o fim deste ano. Para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que termina amanhã, há unanimidade no mercado de que a taxa seguirá inalterada em 6,5% ao ano.

Dentro do comitê da Anbima, há, contudo, economistas que projetem a Selic em 8,5% até o fim do ano, o que indica diferenças nas percepções sobre a trajetória dos juros após o período eleitoral.

As previsões para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano subiram de 3,9% para 4%, ao passo que a projeção média para a cotação do dólar no fim 2018 subiu de R\$ 3,63, da reunião do mês passado, para R\$ 3,68. Caso a expectativa se concretize, haverá desvalorização de 11,1% da moeda doméstica no ano.

### **Caterpillar inicia linha de transmissão**

01/08/2018 – DCI (publicado em 31-07-2018)

A Caterpillar inaugurou nesta terça-feira (31) em sua planta de Piracicaba (SP) uma linha de montagem destinada a produção de transmissão para máquinas de médio porte fabricadas no Brasil.

“Teremos aumento de conteúdo local e melhor tempo de resposta na cadeia, o que trará eficiência e redução de custos, além de ajudar com o desenvolvimento de nossa rede de fornecedores”, afirma o presidente da Caterpillar Brasil, Odair Renosto.

O executivo explica que a empresa passa a produzir no Brasil as transmissões para máquinas pesadas, como motoniveladoras, carregadeiras e tratores de esteiras, fabricadas pela empresa para atender o mercado local e exportações.

“O fornecimento era feito por fábricas da Caterpillar localizadas nos Estados Unidos e França. O tempo de resposta era muito longo e a logística era complicada.” De acordo com Renosto, o tempo de resposta da cadeia de suprimentos será reduzido em 20 dias.

O projeto recebeu aporte de R\$ 55 milhões. “Tivemos que construir um novo prédio e investir na linha de montagem e no ferramental dos fornecedores. Nosso objetivo é redução de 10% nos custos, mas o impacto maior é não ter dependência da importação”, aponta Renosto. “Com essa nacionalização vamos ajudar bastante a balança de pagamento, vamos exportar e fomentar a cadeia de produção. O tempo de resposta mais rápido nos leva a comprar internamente.”

Atualmente, as linhas da Caterpillar produzem seis diferentes arranjos de transmissões dos tipos planetária e contra eixo. Esse número passará para 17 arranjos até março de 2019, quando a linha deve ser concluída.

No total, são 1.800 componentes diferentes entre todos os arranjos para atender à produção local de tratores de esteiras, motoniveladoras e carregadeiras de rodas. “Serão criados 70 empregos diretos na planta e 350 indiretos, na cadeia de fornecedores”, prevê o executivo.

### **Mercado brasileiro**

O presidente da Caterpillar Brasil avalia que o crescimento atual da empresa está sendo puxado pelas exportações. “Nos ajudou a voltar a ocupar a capacidade instalada. O dólar valorizado ajuda, mas traz um problema: quando compramos itens importados, não recuperamos o imposto no momento da exportação.”

Renosto acredita que a demanda interna deve retomar com mais força em 2019. “Imaginamos que o nível de atividade deve normalizar no próximo ano. Se de fato acontecer, já estaremos prontos.”

## **Citroën começa a produzir C4 Cactus e mostra versão mais simples do modelo**

01/08/2018 – Bem Paraná (publicado em 31-07-2018)

A Citroën começou a produzir o utilitário compacto C4 Cactus, que chega às concessionárias da marca em setembro. O novo carro foi apresentado nesta terça (31) na fábrica do grupo PSA, em Porto Real (RJ).

A marca francesa expôs quatro automóveis com detalhes diferentes. O mais equipado tinha pintura em dois tons, seis airbags, motor 1.6 turbo (173 cv) e rack de teto com desenho exclusivo, pintado de preto brilhante. É o mesmo veículo que já havia aparecido em fotos divulgadas pela montadora.

A novidade estava ao lado: um C4 Cactus com calotas na cor grafite e maçanetas sem pintura. Essa será a versão mais simples do novo jipinho urbano.

Enquanto as opções mais caras terão motor turbo, os modelos da base usarão o já conhecido 1.6 flex, que rende 118 cv quando equipado com câmbio automático de seis marchas.



Todos os C4 Cactus terão ar-condicionado e direção com assistência elétrica. As versões mais completas trarão sistema de frenagem automática, que é capaz de parar o veículo caso detecte uma situação de emergência. O carro é compacto, mas oferece bom espaço interno. A montadora ainda não divulgou a capacidade do porta-malas.

O C4 Cactus é um dos 16 lançamentos que o grupo francês anunciou para o período de 2016 e 2021. A marca está em processo de renovação de produtos e de modernização das fábricas no Brasil e na Argentina.

Segundo Eduardo Chaves, diretor do polo industrial da PSA Peugeot Citroën em Porto Real, estão sendo investidos R\$ 580 milhões na linha de montagem, que agora tem capacidade para realizar a pintura em dois tons e sistema de leitura a laser, que detecta imperfeições na carroceria.

## **Governo mantém subsídio do diesel, mas já admite alta de preços**

01/08/2018 – Gazeta do Povo (publicado em 31-07-2018)

***Congelamento que duraria 60 dias foi uma das medidas de acordo para o fim da greve dos caminhoneiros. Desconto será mantido, mas mesmo assim preço pode variar***

Uma Medida Provisória (MP) assinada nesta terça (31) pelo presidente Michel Temer irá estender o desconto de R\$ 0,46 por litro do óleo diesel até dezembro. Apesar disso, o valor do combustível poderá subir se o mercado internacional tiver oscilação de preços, segundo o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

O congelamento do preço por 60 dias foi uma das medidas de acordo para o fim da greve dos caminhoneiros. “Os R\$ 0,46 serão mantidos até 31 de dezembro. Em outras palavras: o subsídio que o governo garantiu vai ser mantido”, afirmou o ministro após evento no Palácio do Planalto. A paralisação dos motoristas durou 11 dias, entre o fim de maio e início de junho.

Como o decreto que garantia o subsídio vence nesta terça, um novo documento será publicado na quarta-feira (1º), explica Padilha

### ***Preço do diesel: como fica agora***

Em maio, o governo se comprometeu a dar previsibilidade para os caminhoneiros para o reajuste dos combustíveis. Com isso, o valor do diesel nas refinarias foi congelado por 60 dias e sobre esse valor foi aplicado um desconto de R\$ 0,46 por litro.

A partir de agora, com a nova Medida Provisória, os preços serão alterados a cada 30 dias e levarão em conta a oscilação do mercado internacional. O chefe da Casa Civil explica que o subsídio de R\$ 0,46 será aplicado sobre esse valor final.

“Agora vencido o primeiro período que haverá revisão do preço, porque ter-se-á que ver quanto variou o preço internacional do petróleo e óleo diesel - para nessas variações que podem ser positivas ou negativas”, afirmou.

Padilha disse ainda que o governo segue fiscalizando para garantir que o valor com desconto que é pago nas refinarias seja repassado para o consumidor final, nos postos.

Questionado sobre risco de novas paralisações, o ministro respondeu que o Palácio do Planalto está cumprindo o prometido para evitar nova crise.

## Banco Mercedes financiou 2 mil ônibus no 1º semestre

01/08/2018 – Automotive Business (publicado em 31-07-2018)



Walter Barbosa, diretor de vendas e marketing para ônibus, comemora os resultados do resultado foi o melhor para o período desde o ano de 2012

Enquanto as vendas totais de **ônibus** no País registraram alta de 13,8% no primeiro semestre sobre igual período do ano passado, a **Mercedes** cresceu 41,9% no segmento.

Os bons resultados tiveram a ajuda do banco da montadora. “De cada dez ônibus Mercedes financiados, sete foram pelo nosso banco”, revela o diretor de vendas e marketing da montadora, Walter Barbosa. A informação foi divulgada durante a abertura da Lat.Bus & Transpúblico, feira que ocorre até 2 de agosto no Transamérica Expo Center.

De acordo com a fabricante, este foi o melhor primeiro semestre desde 2012 para as transações com ônibus pelo Banco Mercedes-Benz. Os dados são confirmados pela direção do banco.

*“Foram 2 mil unidades financiadas de janeiro a junho, mais que o dobro do primeiro semestre de 2017. Em valor foram R\$ 650 milhões, um salto de 180% em relação à primeira metade do ano passado”, afirma o presidente do Banco Mercedes-Benz, Christian Schueler.*

O executivo explica que o maior salto em valor que em unidades ocorreu por causa da demanda mais alta por modelos rodoviários no primeiro semestre de 2018 que no de 2017. A maior parte dos financiamentos pelo banco da montadora é feita em 60 meses, tem carência de seis meses e parcela-balão no final.

O Banco Mercedes também financia caminhões, automóveis e deve movimentar este ano R\$ 3,3 bilhões, 30% a mais que no ano passado. “Desse total, os ônibus responderão ao menos por R\$ 1 bilhão”, garante Schueler.

## GRANDE LOTE PARA A NIGÉRIA

Durante a Lat.Bus & Transpúblico a Mercedes também divulgou a venda de um lote de 500 ônibus para a Nigéria. Eles serão montados sobre os chassis O 500 U e LO 915. “As entregas vão ocorrer até o fim do ano. A venda foi feita em parceria com a Caio, que vai produzir as carrocerias”, informa Barbosa.

## Marcopolo, Volare e Neobus renovam produtos

01/08/2018 – Automotive Business (publicado em 31-07-2018)

A **Marcopolo** leva à Lat.Bus & Transpúblico 2018 (até 2 de agosto no Transamérica Expo Center) lançamentos de todas as marcas de ônibus pertencentes à companhia. Da própria Marcopolo foram renovadas as linhas G7 e Sênior.

A Volare lança o Fly 6, uma versão alongada do miniônibus Cinco lançado há dois anos. Tem 7,9 metros de comprimento e capacidade para 19 passageiros. “Ele será utilizado no turismo receptivo e também no transporte intermunicipal para pequenas cidades”,

afirma o diretor de negócios da Volare, João Paulo Ledur. O antigo Cinco torna-se agora Fly 5.

*"Quando lançamos este modelo como Volare Cinco em 2016 tentávamos concorrer com vans (Mercedes Sprinter e Renault Master, por exemplo), mas ele ficou em desvantagem em preço. Seu foco agora será o transporte escolar", afirma Ledur.*

O executivo estima vendas anuais de 600 unidades para o novo Fly 6 e até 300 unidades/ano do Fly 5. A Volare também promoveu mudanças de estilo em outros modelos já existentes e alterou seus nomes.



Da Neobus o destaque é o Spectrum 325, primeiro modelo da marca desenvolvido para fretamento, rodoviário intermunicipal e linhas regulares de curta e média distâncias. Tem opções de 12,8 e 13,2 metros para transportar entre 48 e 52 passageiros.

## **EXPECTATIVA POSITIVA**

A Marcopolo acredita na recuperação do mercado e no bom momento das exportações. A produção da marca cresceu 80% neste primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado.

A Volare também registrou bom desempenho na primeira metade do ano. No mercado interno suas vendas anotaram acréscimo de 33%. A Neobus registrou queda próxima a 10%, "mas por causa do período de transição e renovação de produtos", conclui Ledur.

## **Nissan antecipa plano de investimento no Brasil**

01/08/2018 – Automotive Business (publicado em 31-07-2018)



## **Montadora aplica US\$ 40 milhões para ampliar capacidade da fábrica de Resende**

Marco Silva, presidente da Nissan Brasil, revelou que conseguiu antecipar parte dos recursos do novo plano de investimento no País, que deve ser anunciado em sua totalidade até o fim deste ano para o período 2018-2023.

Segundo o executivo, US\$ 40 milhões já estão assegurados para ampliar a capacidade da fábrica de Resende (RJ) para 200 mil veículos/ano. Outro valor, que ele não

confirma, também está garantido para custear a renovação dos modelos nacionais da marca, Kicks, March e Versa, em projeto ainda em estudo.

*"Precisamos adiantar uma parte dos investimentos para deixar a fábrica preparada para sustentar o nosso crescimento", disse Silva.*

Segundo o executivo, a produção da fábrica brasileira deverá crescer 25% este ano, para perto de 110 mil unidades, para abastecer o mercado interno e exportações – March e Versa já são enviados para oito países, enquanto o Kicks, por enquanto, só é produzido para Brasil e Argentina, em breve deve seguir também para o Paraguai.

A planta de Resende trabalha atualmente em dois turnos com 2,4 mil empregados, com capacidade de fazer 160 mil veículos/ano. Para chegar aos 200 mil, conforme explica Silva, seria necessário adotar o terceiro turno ou investir em algumas áreas para aumentar a produtividade sem a necessidade do turno extra.

"Há quatro meses estávamos quase certos sobre o terceiro turno, mas é uma decisão difícil, temos de ter certeza da demanda. Prevíamos que o mercado brasileiro poderia crescer até 17%, mas isso mudou, a greve dos caminhoneiros diminuiu o fluxo nas lojas e reduzimos para 12% depois da reversão das expectativas. Continuamos a prever crescimento, mas não tão rápido quanto esperávamos. Então resolvemos esperar e investir para preparar a fábrica", diz.

Silva lembra ainda que o mercado argentino, principal destino das exportações da Nissan Brasil, também está em queda. A previsão de vendas totais de 1 milhão de veículos no país vizinho já foi reduzida para menos de 850 mil, devido à crise cambial que conduz a economia à recessão.

## **BALANÇO COMERCIAL COM A ARGENTINA**

Silva estava na Argentina para a cerimônia de inauguração da linha de produção da picape Frontier, na segunda-feira, 30 (leia mais [aqui](#)). O mercado brasileiro será o maior comprador do veículo, consumindo cerca de 60% da produção argentina.

Foi a solução encontrada pela Nissan para balancear seu comércio bilateral entre os dois países do Mercosul, dentro do regime chamado flex, em que o Brasil pode exportar até US\$ 1,50 para cada US\$ 1,00 que importa da Argentina.

"Até agora conseguíamos exportar para a Argentina sem importar um único dólar do país, por isso precisávamos equilibrar esse balanço comercial", afirma Silva. "Importar a Frontier será mais que suficiente para cumprir essa obrigação do regime flex, com direito até a abater o que já exportamos de March, Versa e Kicks para o mercado argentino", garante o executivo.

A vinda para o Brasil da Frontier argentina também deverá ampliar a fatia de mercado da Nissan no Brasil, pois segundo Silva o número de versões da picape vai aumentar tanto para cima (preço mais barato que o atual) quanto para cima.

Atualmente a Frontier vem do México com limitações de volume e opções, apenas 3,4 mil unidades foram vendidas de janeiro a junho deste ano. Quando começar a ser importada da Argentina, o que deve ocorrer até o fim do ano, a expectativa é de mais que dobrar as vendas.

Juntas, as fábricas brasileira e argentina da Nissan deverão suprir entre 85% e 90% das vendas da marca japonesa no Brasil. O restante deverá ser importado principalmente do México, de onde hoje vem o sedã médio Sentra. Mas existem outros modelos na mira, especialmente um SUV acima do Kicks, e nesse segmento "a Nissan tem muitos produtos consagrados", despista Silva.

“Estamos estudando as possibilidades. O que não vamos fazer é começar a importar e depois parar. Existem muitas opções, mas é preciso ser cuidadoso com essas decisões”, pondera.

Mais adiante, em estratégia ainda dependente de estudos, Silva não descarta a hipótese de desenvolver versões locais de modelos como March e Versa, desenhados especialmente para mercados emergentes – eufemismo para descrever carros mais baratos, com amputações tecnológicas e de conforto, para atender consumidores de países subdesenvolvidos como o Brasil.

É o que já faz no País a sócia de aliança Renault, que desenvolveu carros de baixo custo para os mercados latino-americanos. Uma alternativa, segundo admite Silva, seria compartilhar plataformas com a Renault. (Seria possível esperar um March construído sobre a plataforma do Sandero?)

### **PSA projeta mais um ano rentável na América Latina**

01/08/2018 – Automotive Business (publicado em 31-07-2018)

#### **Brasil deve voltar ao lucro até 2021, quando o grupo espera aumentar a participação de mercado para 5%**

Há três anos o **Grupo PSA** comemora seu desempenho positivo na América Latina: após anos conturbados, a companhia vem registrando lucro nos últimos três anos, desde o exercício de 2016 e ao que tudo indica, com as vendas 1,7% maiores no primeiro semestre e um volume de 98 mil unidades já entregues na região, este será mais um ano positivo, embora no Brasil a empresa ainda registre prejuízo.

“Apesar do contexto desfavorável, 2018 indica que seremos rentáveis novamente na região”, afirma o presidente do Grupo PSA para o Brasil e América Latina, Patrice Lucas, que também é membro do comitê executivo da companhia. “Nosso objetivo é tornar o Brasil rentável no mais tardar até 2021, quando termina o plano estratégico global Push to Pass”, acrescenta.

Segundo o executivo, que assumiu a operação da região em março deste ano, o cenário na América Latina permite ao grupo planejar um crescimento rentável, ainda que a participação permaneça estável em 3,9%, considerando os dados da primeira metade de 2018.

Fora do Mercosul, as vendas se mostram mais robustas, onde o crescimento é de 19%. Lucas atribui o desempenho à bem-sucedida ofensiva de produtos em toda a região para o segmento leve, principalmente na categoria SUV, com os novos Peugeot 2008, 3008 e 5008, além dos utilitários Citroën Jumpy e Berlingo e Peugeot Partner, estes dois últimos renovados e lançados na última semana por aqui.

Já no Brasil, a PSA avalia que o mercado se comporta diferente desde a greve dos caminhoneiros, no fim de maio, que impactou toda a economia do País. O presidente da montadora afirma que é difícil ter uma visão clara porque o mercado e as condições econômicas mudam com frequência.

“Se em 2011 falávamos que o mercado chegaria a 5 milhões de unidades em 2018, sabemos que hoje a projeção da indústria é de 2,4 milhões de veículos vendidos para no ano. Também é importante ressaltar as mudanças do PIB: esperava-se até pouco tempo um crescimento de 3%, mas hoje se fala em algo próximo de 1,3%.”

Contudo, ele reforça que a estratégia local está consolidada dentro dos fundamentos do plano global Push to Pass, focada na busca pela eficiência da operação, com a redução dos custos ao mesmo tempo em que trabalhará com produtos que permitem elevar seu valor agregado e conseqüentemente, o preço final para o consumidor.

“A meta para o Brasil é elevar nossa participação nesse mercado, atualmente em 1,9% para 5% até 2021 com novos produtos, o que inclui o novo Citroën C4 Cactus, que será lançado já no fim deste mês”, revela.

Dos 16 novos modelos previstos para a região entre 2016 e 2021, a empresa já lançou sete deles, faltando nove. Segundo Lucas, o plano é que cada uma das marcas do grupo lance um modelo por ano até lá. Entre os lançados, estão os Peugeot 3008 e 5008, além do utilitário Expert, além dos Citroën C4 Lounge, Jumpy, Berlingo e o próximo já com data marcada, o novo SUV compacto Cactus.

### **Glencore corta previsão para produção de carvão e chumbo no ano**

01/08/2018 – Reuters

A Glencore cortou nesta terça-feira a previsão anual para a sua produção de chumbo e carvão, enquanto a produção do primeiro semestre de cobre subiu 8 por cento ante o ano passado, e de cobalto teve alta de 31 por cento, com o aumento das operações na República Democrática do Congo.

A estimativa para a produção no ano de chumbo baixou 5 por cento e a de carvão foi cortada em 1 por cento. A Glencore planeja dar mais detalhes com a divulgação dos seus resultados do primeiro semestre na semana que vem.

O preço das ações da Glencore cedeu cerca de 16 por cento este ano, com seu desempenho ficando abaixo do esperado, na medida em que se acumulavam os receios de investidores sobre a exposição de mineradoras a riscos geopolíticos.

As ações tiveram alta de 2,9 por cento nesta terça-feira.

O Congo é potencialmente uma fonte rica em cobalto e cobre, necessária para um aumento antecipado no uso por veículos elétricos, mas as atividades da Glencore no país têm sido ofuscadas por uma disputa sobre um código de mineração que se tornou lei este ano e uma investigação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

A Glencore disse em fevereiro que a sua produção de cobre este ano subiria quase 1,5 milhão de toneladas, já que a sua mina Katanga no Congo acrescenta quase 150 mil toneladas, assim como 11,6 mil toneladas de cobalto.